



Fevereiro/2013

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### Concurso Público para provimento de cargos de **Juiz Substituto**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA OBJETIVA SELETIVA

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida ao candidato a consulta a qualquer tipo de legislação, súmulas e jurisprudência dos Tribunais, anotações ou a quaisquer outros materiais.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**BLOCO I****Direito Civil**

1. Dispondo o artigo 2.043 do Código Civil que continuam em vigor as disposições de natureza processual cujos preceitos de natureza civil hajam sido incorporados ao Código Civil, até que por outra forma se disciplinem, autoriza afirmar que
- (A) não mais se considera título executivo qualquer documento particular subscrito por duas testemunhas, firmado após a vigência do Código Civil de 2002.
- (B) embora tendo a transação sido qualificada como contrato, pelo Código Civil, ainda não se admite a transação extrajudicial, porque sempre deve ser celebrada depois de o processo achar-se em curso e homologada pelo juiz.
- (C) o juiz pode, de ofício, reconhecer a decadência legal e a decadência convencional.
- (D) ainda não é possível o juiz conhecer de ofício da prescrição.
- (E) ainda prevalece legalmente a exigência do artigo 585, I I, do Código de Processo Civil, segundo a qual para configurar título executivo extrajudicial o documento particular assinado pelo devedor tem de ser também assinado por duas testemunhas.
2. No caso de publicação para corrigir texto de lei publicado com incorreção,
- (A) deverá, necessariamente, ser estabelecido um prazo para sua nova entrada em vigor, além de disciplinar as relações jurídicas estabelecidas antes da nova publicação.
- (B) deve o conflito entre os textos ser resolvido pelo juiz por equidade, porque a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro não regula os efeitos da nova publicação de texto de lei.
- (C) não haverá novo prazo de *vacatio legis* depois da nova publicação, se ocorrer antes de a lei ter entrado em vigor.
- (D) tratando-se de lei já em vigor, as correções consideram-se lei nova.
- (E) não se considerarão lei nova as correções, tenha ou não já entrado em vigor o texto incorreto.
3. São pessoas jurídicas de direito privado, segundo o Código Civil,
- (A) as associações, inclusive as associações públicas, em razão da atividade que exercerem.
- (B) as organizações religiosas e as autarquias.
- (C) os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- (D) as fundações e os condomínios em edificação.
- (E) as pessoas jurídicas que forem regidas pelo direito internacional público, quando as respectivas sedes se acharem em países estrangeiros.
4. No seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte,
- (A) a indenização sempre beneficiará o cônjuge sobrevivente casado sob o regime da comunhão universal ou parcial de bens.
- (B) o capital estipulado só fica sujeito às dívidas do segurado que gozem de privilégio geral ou especial.
- (C) é obrigatória a indicação de beneficiário, sob pena de ineficácia, revertendo o prêmio pago à herança do segurado falecido.
- (D) o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito.
- (E) o capital segurado só pode ser pago a herdeiros legítimos, não se admitindo a indicação de pessoa estranha à ordem de vocação hereditária para recebê-lo.
5. Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições
- (A) impossíveis e as de não fazer coisa impossível, quando resolutivas.
- (B) suspensivas quando juridicamente impossíveis, mas não as que forem apenas fisicamente impossíveis.
- (C) ilícitas, mas não as de fazer coisa ilícita, porque, neste caso, apenas a condição é inválida e não os negócios.
- (D) física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas.
- (E) incompreensíveis ou contraditórias.
6. A teoria do adimplemento substancial, adotada em alguns julgados, sustenta que
- (A) independentemente da extensão da parte da obrigação cumprida pelo devedor, manifestando este a intenção de cumprir o restante do contrato e dando garantia, o credor não pode pedir a sua rescisão.
- (B) a prestação imperfeita, mas significativa de adimplemento substancial da obrigação, por parte do devedor, autoriza a composição de indenização, mas não a resolução do contrato.
- (C) o cumprimento parcial de um contrato impede sua resolução em qualquer circunstância, porque a lei exige a preservação do contrato.
- (D) a prestação imperfeita, mas significativa de adimplemento substancial da obrigação, por parte do devedor, autoriza apenas a resolução do contrato, mas sem a composição de perdas e danos.
- (E) o adimplemento substancial de um contrato, por parte do devedor, livra-o das consequências da mora, no tocante à parte não cumprida, por ser de menor valor.



<p>7. Considera-se possuidor de boa-fé</p> <p>(A) aquele que ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.</p> <p>(B) o que se mantiver na posse durante o período necessário à usucapião ordinária.</p> <p>(C) apenas aquele que ostenta título de domínio.</p> <p>(D) somente aquele que ostentar justo título.</p> <p>(E) todo aquele que a obteve sem violência ou que não a exerce de modo clandestino.</p>	<p>11. Só se permite o testamento público</p> <p>(A) aos analfabetos, devendo a escritura de testamento, neste caso, ser subscrita por cinco testemunhas indicadas pelo testador.</p> <p>(B) às pessoas que contarem mais de setenta anos de idade.</p> <p>(C) ao cego, a quem lhe será lido, em voz alta, duas vezes, uma pelo tabelião ou por seu substituto legal e a outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento.</p> <p>(D) à pessoa estrangeira, que não conheça o idioma nacional, devendo as testemunhas conhecerem a língua em que se expressa o testador, e mediante tradução feita por tradutor juramentado.</p> <p>(E) ao indivíduo inteiramente surdo, que souber ler e escrever ou, não o sabendo, que designe quem o leia em seu lugar, presentes cinco testemunhas.</p>
<p>8. O título de crédito poderá ser emitido</p> <p>(A) a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e desde que conste da escrituração do emitente, observados requisitos mínimos estabelecidos em lei.</p> <p>(B) em papel ou eletronicamente, sem exigência de qualquer outro requisito, exceto o valor pelo qual deve ser pago.</p> <p>(C) apenas em papel, sendo vedada sua emissão eletrônica, porque inviabiliza sua circulação.</p> <p>(D) eletronicamente, desde que seja arquivado seu equivalente em papel pelo emitente.</p> <p>(E) a partir de caracteres em computador ou meio técnico equivalente, por pessoas físicas ou jurídicas, independentemente de constar da escrituração do emitente, quando forem meramente formais e não causais.</p>	<p>12. O direito de superfície é concedido a outrem pelo</p> <p>(A) proprietário, por escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis, sempre outorgando àquele o direito de executar obras no subsolo.</p> <p>(B) proprietário, em decorrência de contrato de locação e de comodato, quando autorizadas construções ou plantações, devendo o instrumento ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis.</p> <p>(C) proprietário ou possuidor, caracterizado pelo direito de construir ou de plantar em terreno do concedente, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.</p> <p>(D) proprietário, caracterizado pelo direito de construir ou de plantar em terreno do concedente, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.</p> <p>(E) proprietário, por escritura pública ou escrito particular, conferindo àquele o direito de construir ou de plantar em terreno do concedente, por prazo determinado ou indeterminado, e independentemente do registro no Cartório de Registro de Imóveis.</p>
<p>9. Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis</p> <p>(A) por disposição expressa de lei ou pela vontade das partes, desde que, neste caso, o prazo de obrigatoriedade da indivisão não ultrapasse dez anos.</p> <p>(B) apenas pela vontade das partes.</p> <p>(C) por vontade das partes, não podendo exceder de cinco anos a indivisão estabelecida pelo doador ou pelo testador.</p> <p>(D) por vontade das partes, que não poderão acordá-la por prazo maior de cinco anos, insuscetível de prorrogação ulterior.</p> <p>(E) apenas por disposição expressa de lei.</p>	<p>13. São impedidos de casar</p> <p>(A) o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.</p> <p>(B) o tutor com a pessoa tutelada, enquanto não cessar a tutela e não estiverem saldadas as respectivas contas.</p> <p>(C) os parentes colaterais até o quarto grau.</p> <p>(D) os afins em linha reta e em linha colateral.</p> <p>(E) o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.</p>



<p>14. Nos contratos relativos ao financiamento imobiliário em geral,</p> <p>(A) somente se admite a garantia hipotecária.</p> <p>(B) poderão as partes estipular que os litígios ou controvérsias entre elas sejam dirimidos mediante arbitragem.</p> <p>(C) descumpridas as obrigações pelo devedor, o crédito só poderá ser satisfeito, qualquer que seja a modalidade de garantia oferecida com o imóvel, mediante sua alienação judicial.</p> <p>(D) a arbitragem é vedada, porque infringe norma expressa do Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>(E) a garantia oferecida pelo devedor não pode ser efetivada por alienação fiduciária, que se restringe às coisas móveis.</p>	<p>17. No tocante ao litisconsórcio, analise os enunciados abaixo.</p> <p>I. O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação suspende o prazo para a resposta, que recomeça da intimação da decisão.</p> <p>II. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.</p> <p>III. Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados como litigantes distintos em suas relações com a parte adversa. Os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I e III.</p>
<p>15. Sobre a cláusula penal, analise as afirmações abaixo.</p> <p>I. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.</p> <p>II. Para exigir a pena convencional, é necessário que o devedor alegue e comprove prejuízo.</p> <p>III. Sendo indivisível a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena; mas esta só se poderá demandar integralmente do culpado, respondendo cada um dos outros somente pela sua quota.</p> <p>IV. A penalidade não pode ser reduzida pelo juiz, mesmo que a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da pena for manifestamente excessivo, salvo disposição expressa no contrato, autorizando a redução judicial.</p> <p>V. Ainda que o prejuízo exceda ao previsto na cláusula penal, não pode o credor exigir indenização suplementar se assim não foi convencionado. Se o tiver sido, a pena vale como mínimo da indenização, competindo ao credor provar o prejuízo excedente.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II, IV e V.</p> <p>(B) II, III e V.</p> <p>(C) I, III e V.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) I, IV e V.</p>	<p>18. A modificação da competência em virtude de conexão sujeita-se à seguinte regra:</p> <p>(A) é irrelevante que um dos processos já tenha sido julgado para que ocorra a reunião de processos conexos.</p> <p>(B) o foro contratual de eleição, por ser personalíssimo, só obriga as partes contratantes, mas não seus herdeiros ou sucessores.</p> <p>(C) a conexão só pode ser reconhecida a partir de pedido expresso da parte, defeso ao juiz agir de ofício para tanto.</p> <p>(D) a conexão é caracterizada quando, em duas ou mais ações, forem idênticos o pedido, a causa de pedir e as partes.</p> <p>(E) a competência relativa pode ser modificada em razão da conexão; é impossível, porém, modificar-se por normas de conexão a competência absoluta.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Processual Civil</b></p> <p>16. Em relação à jurisdição e à competência, é correto afirmar que</p> <p>(A) a jurisdição tem por objetivo solucionar casos litigiosos, pois os não litigiosos são resolvidos administrativamente.</p> <p>(B) a arbitragem é modo qualificado e específico de exercício da jurisdição por particulares escolhidos pelas partes.</p> <p>(C) em nenhuma hipótese poderá o juiz exercer a jurisdição de ofício, sendo preciso a manifestação do interesse da parte nesse sentido.</p> <p>(D) a jurisdição é deferida aos juízes e membros do Ministério Público em todo território nacional.</p> <p>(E) a jurisdição é una e não fracionável; o que se reparte é a competência, que com a jurisdição não se confunde, por tratar, a competência, da capacidade de exercer poder outorgada pela Constituição e pela legislação infraconstitucional.</p>	<p>19. Em relação à capacidade processual, é correto afirmar que</p> <p>(A) nas ações possessórias é sempre indispensável a participação no processo de ambos os cônjuges.</p> <p>(B) para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários necessita o cônjuge do consentimento do outro, exceto no caso de regime de separação absoluta de bens, sem no entanto exigir-se a formação de litisconsórcio necessário.</p> <p>(C) vindo o autor ao processo sem o consentimento do cônjuge, em caso no qual esse consentimento era necessário, deverá o juiz extinguir o processo de imediato, por ausência de pressuposto processual essencial.</p> <p>(D) a presença de curador especial no processo torna prescindível a participação do Ministério Público, estando em causa interesses de incapazes.</p> <p>(E) ambos os cônjuges serão necessariamente citados para ações que digam respeito a direitos reais mobiliários.</p>



<p>20. A petição inicial deverá preencher determinados requisitos, bem como ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Estando, porém, incompleta, deverá o juiz</p> <p>(A) determinar a emenda da inicial, em cinco dias, sob pena de se considerar descumprido um ônus processual, com a respectiva preclusão.</p> <p>(B) indeferir de imediato a inicial, extinguindo a ação sem resolução do mérito.</p> <p>(C) aguardar a contestação do réu, pois eventual medida dependerá de pedido expresso da parte, sendo-lhe defeso agir de ofício.</p> <p>(D) determinar que o autor a complete, ou a emende, no prazo de dez dias, sob pena de, não cumprida a diligência, ser indeferida a inicial.</p> <p>(E) considerar o fato como simples irregularidade, determinando o prosseguimento da ação sem outras consequências.</p>	<p>23. Na execução,</p> <p>(A) a ausência de liquidez e certeza do título executivo é irrelevante se não for arguida pelo devedor, dado o princípio dispositivo.</p> <p>(B) recaindo mais de uma penhora sobre os mesmos bens, prevalecerá a mais antiga, vedada a multiplicidade de gravames na hipótese.</p> <p>(C) quando esta puder ser promovida por vários meios, cabe ao credor a escolha, pois a demanda é instaurada em seu benefício.</p> <p>(D) verificando o juiz que a petição inicial está incompleta, ou sem os documentos essenciais à propositura da execução, indeferirá de imediato a inicial, extinguindo o feito sem resolução de mérito.</p> <p>(E) o exequente poderá, no ato de sua distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento respectivo, com identificação das partes e valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto; feita a averbação, presume-se em fraude à execução a alienação ou oneração de bens efetuada posteriormente.</p>
<p>21. O juiz</p> <p>(A) convencendo-se, pelas circunstâncias da causa, que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei, proferirá sentença que obste aos objetivos das partes.</p> <p>(B) tem o dever de decidir em face das normas legais, não havendo porém esse dever em face de omissão legislativa, o que será apontado no processo para eventual injunção futura.</p> <p>(C) determinará as provas necessárias à instrução do processo, somente se requeridas oportunamente pelas partes, em razão do princípio dispositivo.</p> <p>(D) decidirá livremente por equidade, desde que se convença, pelas circunstâncias da causa, da oportunidade e da conveniência de se proferir sentença dessa natureza.</p> <p>(E) decidirá a lide nos limites em que foi proposta, podendo porém sempre conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exija a iniciativa da parte.</p>	<p>24. Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, e, se não o fizer, como regra geral presumir-se-ão verdadeiros os fatos não impugnados. Esse ônus concerne ao princípio processual da</p> <p>(A) duração razoável do processo.</p> <p>(B) inércia ou dispositivo.</p> <p>(C) congruência.</p> <p>(D) eventualidade.</p> <p>(E) isonomia processual.</p>
<p>22. Quanto às nulidades processuais, analise os enunciados abaixo.</p> <p>I. Não existem nulidades de pleno direito no processo civil, pois toda invalidade processual deve ser decretada pelo juiz. Todos os atos processuais, cuja existência se reconheça, são válidos e eficazes até que se decretem as suas invalidades.</p> <p>II. Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.</p> <p>III. Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I e III, apenas.</p>	<p>25. Sobre os recursos, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os embargos infringentes são cabíveis, na apelação, de qualquer acórdão votado majoritariamente.</p> <p>(B) O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença; a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo, salvo se ocorrer hipótese que justifique a concessão de efeito suspensivo em benefício do agravante.</p> <p>(C) Da decisão monocrática do relator que negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível não se admite novo recurso, cabendo à parte a eventual impetração de mandado de segurança para assegurar o julgamento colegiado da matéria.</p> <p>(D) A apelação é, em regra, recebida apenas no efeito devolutivo.</p> <p>(E) Os embargos de declaração têm efeito infringente como finalidade e regra geral.</p>



26. Não fazem coisa julgada:

- I. os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- II. a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- III. a resolução da questão prejudicial, requerida pela parte, sendo o juiz competente em razão da matéria e constituindo a questão pressuposto necessário para o julgamento da lide.

Dos itens acima, está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

27. A liquidação da sentença

- (A) por arbitramento, far-se-á quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou quando o exigir a natureza do objeto da liquidação; nesse caso, o juiz nomeará perito e fixará prazo para entrega do laudo.
- (B) depende na lei vigente da discriminação do cálculo pelo credor, sendo defeso, em qualquer caso, valer-se o juiz de contador judicial, pelo princípio da inércia processual.
- (C) por artigos, admite nova discussão da lide, com eventual modificação da decisão que a originou.
- (D) implica a citação pessoal do devedor para cumprimento do julgamento.
- (E) só pode ser requerida com o trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

#### Direito do Consumidor

28. No tocante às relações de consumo,

- (A) produto é qualquer bem, desde que material, podendo ser móvel ou imóvel.
- (B) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, com ou sem remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária.
- (C) as normas consumeristas são de natureza dispositiva e de interesse individual dos consumidores.
- (D) pode-se falar em consumidor por equiparação à coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- (E) fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, neste caso privada, somente, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviço.

29. Analise os enunciados abaixo, em relação à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.

- I. O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração circunstâncias relevantes, como sua apresentação, o uso e os riscos razoavelmente esperados e a época em que foi colocado em circulação.
- II. O serviço é tido por defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em conta circunstâncias relevantes, como o modo de seu fornecimento, o resultado e os riscos razoavelmente esperados e a adoção de novas técnicas.
- III. O comerciante é responsabilizado quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados, ou quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador ou, ainda, quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

30. NÃO se enquadram ao Código de Defesa do Consumidor

- (A) o exame dos contratos de cartão de crédito, submetidos apenas às resoluções específicas do Banco Central.
- (B) as relações jurídicas concernentes aos condôminos, nos condomínios edifícios.
- (C) as relações jurídicas envolvendo o usuário da rodovia e a concessionária do serviço público.
- (D) as relações jurídicas entre a entidade de previdência privada e seus participantes.
- (E) as relações jurídicas decorrentes dos contratos de planos de saúde.

31. Quanto aos prazos prescricionais e decadenciais nas relações de consumo, é correto afirmar:

- (A) Decai em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- (B) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis.
- (C) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no pagamento do produto ou do serviço.
- (D) O prazo prescricional pode ser suspenso ou interrompido, mas não o prazo decadencial, que não se interrompe ou suspende mesmo nas relações consumeristas.
- (E) Na aferição dos vícios de fácil ou aparente constatação, o prazo decadencial se inicia tão logo seja entregue o produto ou terminada a execução do serviço.



<p>32. Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, a sentença fará coisa julgada:</p> <p>I. <i>erga omnes</i>, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, na hipótese dos interesses ou direitos difusos conforme tratados no CDC.</p> <p>II. <i>ultra partes</i>, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, quando se tratar de interesses ou direitos coletivos conforme tratados no CDC.</p> <p>III. <i>erga omnes</i>, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.          (B) I, II e III.          (C) I e II, apenas.          (D) II e III, apenas.          (E) I e III, apenas.</p>	<p>35. As cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor são</p> <p>(A) nulas de pleno direito e previstas em rol taxativo.          (B) anuláveis e previstas em rol fechado.          (C) tidas por inexistentes.          (D) nulas de pleno direito e previstas em rol meramente exemplificativo.          (E) anuláveis e previstas em rol elucidativo.</p>
<p>33. Na atividade médica, a responsabilidade civil do profissional liberal</p> <p>(A) é, em regra, apurada com base na responsabilidade objetiva e examinada em todos os casos como obrigação de meio e não de resultado.          (B) é apurada com base na culpa e é aquela sempre considerada obrigação de resultado.          (C) é, em regra, apurada com base na responsabilidade subjetiva e examinada em todos os casos como obrigação de meio e não de resultado.          (D) é, em regra, apurada com base na responsabilidade subjetiva e examinada como obrigação de meio, excepcionalmente examinando-se como obrigação de resultado.          (E) é, em regra, apurada com base na responsabilidade objetiva e examinada como obrigação de meio e, circunstancialmente, como obrigação de resultado.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito da Criança e do Adolescente</b></p> <p>36. A colocação em família substituta estrangeira</p> <p>(A) é admitida em todas as modalidades, desde que autorizadas pelo juiz competente.          (B) não encontra qualquer restrição, se houver vínculo de parentesco até o quarto grau com o menor, independentemente de vínculos de afinidade e afetividade.          (C) constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.          (D) é absolutamente vedada.          (E) constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades de guarda e de tutela.</p>
<p>34. Na oferta de produtos e serviços regulada pelo Código de Defesa do Consumidor,</p> <p>(A) as informações ao consumidor oferecidas nos produtos refrigerados, devem ser gravadas de forma indelével.          (B) a informação ou publicidade do produto obriga o fornecedor que a fizer veicular, mas só integra o contrato se for realizada por escrito.          (C) o fornecedor é apenas subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.          (D) a reposição de componentes e peças dos produtos deve ser assegurada apenas enquanto estes forem fabricados ou importados.          (E) em qualquer hipótese, é proibida a publicidade de bens e serviços ao consumidor por telefone.</p>	<p>37. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a</p> <p>(A) fornecer declaração de nascimento, desde que não constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.          (B) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto aos pais.          (C) prestar orientação ao pais do recém-nascido, quanto à terapêutica de anormalidades no metabolismo, mas não são obrigados a proceder a exames visando ao diagnóstico, cuja realização é atribuição exclusiva de laboratórios públicos.          (D) manter o registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo mínimo de cinco e máximo de dez anos.          (E) identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e impressão digital da mãe.</p>



<p>38. Ao menor de quatorze anos de idade</p> <p>(A) que trabalhar na condição de aprendiz são obrigatoriamente assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.</p> <p>(B) é proibido qualquer trabalho, mesmo na condição de aprendiz, em virtude de disposição constitucional que fixa a idade mínima de dezesseis anos para o exercício de atividade laborativa.</p> <p>(C) que exerce trabalho na condição de aprendiz, fica dispensada a frequência ao ensino regular, se incompatível com o horário de serviço.</p> <p>(D) é permitido o exercício de qualquer trabalho compatível com o seu desenvolvimento, desde que autorizado pelo juiz e em virtude das necessidades econômicas de sua família.</p> <p>(E) é proibido qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, em que lhe é assegurada bolsa de aprendizagem.</p>	<p style="text-align: center;"><b>BLOCO II</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Direito Penal</b></p> <p>41. No tocante às penas restritivas de direitos, é correto afirmar que</p> <p>(A) o teto da perda de bens ou valores é restrito ao montante do prejuízo causado.</p> <p>(B) obstam a concessão do <i>sursis</i>, se indicada ou cabível a substituição.</p> <p>(C) podem ser impostas no caso de condenação por crime culposo, se não reincidente o condenado.</p> <p>(D) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas somente é aplicável às condenações superiores a um ano de privação de liberdade.</p> <p>(E) a privativa de liberdade superior a um ano deve ser necessariamente substituída por duas restritivas de direitos.</p>
<p>39. Nos crimes praticados contra a criança e o adolescente tipificados na Lei nº 8.069/90,</p> <p>(A) não prevista causa de aumento de pena para o delito de corrupção de menor de dezoito anos.</p> <p>(B) aplicáveis as normas da parte especial do Código Penal.</p> <p>(C) em alguns casos somente se procede mediante queixa.</p> <p>(D) a expressão "cena de sexo explícito" pode não compreender a exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente.</p> <p>(E) cominada pena de detenção para o ato de exibir, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional.</p>	<p>42. Em relação às causas de extinção da punibilidade, correto afirmar que</p> <p>(A) não a configuram a concessão de indulto parcial ou comutação, de competência privativa do Presidente da República.</p> <p>(B) cabível o perdão judicial no caso de qualquer infração penal.</p> <p>(C) a concessão de anistia é de competência privativa do Presidente da República, excluindo o crime e fazendo desaparecer suas consequências penais.</p> <p>(D) a concessão de indulto faz com que o beneficiado retorne à condição de primário.</p> <p>(E) não são previstas, em qualquer situação, para casos de reparação do dano pelo agente.</p>
<p>40. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente a medida de</p> <p>(A) liberdade assistida pelo prazo máximo de 06 (seis) meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída.</p> <p>(B) semiliberdade, embora não desde o início, como forma de transição para o meio aberto.</p> <p>(C) prestação de serviços comunitários, por período não excedente a 01 (um) ano.</p> <p>(D) determinação de compensação do prejuízo da vítima, ainda que se trate de ato sem reflexos patrimoniais.</p> <p>(E) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.</p>	<p>43. Na aplicação da pena,</p> <p>(A) considera-se circunstância agravante o fato de o crime ser praticado contra pessoa maior de setenta anos.</p> <p>(B) não prevalece a condenação anterior, para efeito de reconhecimento de reincidência, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos, descontado o período de prova da suspensão.</p> <p>(C) a incidência de circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) não se impõe o acréscimo decorrente do concurso formal perfeito à pena de multa.</p> <p>(E) o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a trinta anos, limite que deve ser considerado para efeito de concessão de livramento condicional, conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.</p>



<p>44. Em relação aos crimes contra a vida, correto afirmar que</p> <p>(A) o homicídio simples, em determinada situação, pode ser classificado como crime hediondo.</p> <p>(B) a pena pode ser aumentada de um terço no homicídio culposo, se o crime é praticado contra pessoa menor de quatorze anos ou maior de sessenta anos.</p> <p>(C) compatível o homicídio privilegiado com a qualificadora do motivo fútil.</p> <p>(D) cabível a suspensão condicional do processo no homicídio culposo, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício.</p> <p>(E) incompatível o homicídio privilegiado com a qualificadora do emprego de asfixia.</p>	<p>48. Em relação aos crimes contra a administração pública, correto afirmar que</p> <p>(A) é atípica a conduta de acusar-se, perante a autoridade, de contravenção penal inexistente ou praticada por outrem.</p> <p>(B) configura favorecimento pessoal o ato de prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.</p> <p>(C) o falso testemunho deixa de ser punível se, depois da sentença em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.</p> <p>(D) o crime de concussão é de natureza formal, reclamando o recebimento da vantagem para a consumação.</p> <p>(E) é pública condicionada a ação penal no delito de exercício arbitrário das próprias razões, se não há emprego de violência.</p>
<p>45. O arrependimento posterior</p> <p>(A) não influi no cálculo da prescrição penal.</p> <p>(B) prescinde de voluntariedade do agente.</p> <p>(C) deve ocorrer até o oferecimento da denúncia ou da queixa.</p> <p>(D) constitui circunstância atenuante, a ser considerada na segunda etapa do cálculo da pena.</p> <p>(E) pode reduzir a pena abaixo do mínimo previsto para o crime.</p>	<p>49. Quanto aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que</p> <p>(A) equiparável à atividade comercial, para efeito de configuração da receptação qualificada, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, excluído o exercido em residência.</p> <p>(B) configura o delito de extorsão indireta o ato de exigir, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento civil contra a vítima ou contra terceiro.</p> <p>(C) a consumação do crime de extorsão independe da obtenção da vantagem indevida, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) cabível a diminuição da pena na extorsão mediante sequestro para o coautor que denunciá-la à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, apenas se o crime é cometido por quadrilha ou bando.</p> <p>(E) independe de comprovação de fraude o delito de estelionato na modalidade de emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado.</p>
<p>46. A coação moral irresistível e a obediência hierárquica excluem a</p> <p>(A) tipicidade e a culpabilidade, respectivamente.</p> <p>(B) tipicidade.</p> <p>(C) culpabilidade.</p> <p>(D) culpabilidade e a tipicidade, respectivamente.</p> <p>(E) punibilidade e a ilicitude, respectivamente.</p>	<p>50. No crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável,</p> <p>(A) punível quem praticar conjunção carnal com alguém menor de dezoito e maior de doze anos em situação de prostituição.</p> <p>(B) punível o proprietário do local em que se verificarem as práticas, ainda que delas não tenha conhecimento.</p> <p>(C) o sujeito passivo só pode ser pessoa menor de dezoito anos.</p> <p>(D) a pena é aumentada de um terço, se praticado com o fim de obter vantagem econômica.</p> <p>(E) constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.</p>
<p>47. Nos crimes contra a honra</p> <p>(A) é admissível a exceção da verdade na injúria, se a vítima é funcionária pública e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.</p> <p>(B) é admissível a retratação apenas nos casos de calúnia e difamação.</p> <p>(C) a pena é aumentada de um terço, se cometidos contra pessoa maior de sessenta anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de difamação.</p> <p>(D) é admissível o perdão judicial no crime de difamação, se houver retorsão imediata.</p> <p>(E) a injúria real consiste no emprego de elementos preconceituosos ou discriminatórios relativos à raça, cor, etnia, religião, origem e condição de idoso ou deficiente.</p>	



<p>51. NÃO incorre nas mesmas penas cominadas para o delito de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito quem</p> <p>(A) vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente.</p> <p>(B) suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato.</p> <p>(C) possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.</p> <p>(D) deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade.</p> <p>(E) produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.</p>	<p>54. No que se refere à competência no processo penal, segundo entendimento sumulado,</p> <p>(A) a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.</p> <p>(B) a competência do tribunal do júri prevalece sempre sobre o foro por prerrogativa de função.</p> <p>(C) compete ao foro do local da emissão do cheque sem provisão de fundos processar e julgar o crime de estelionato.</p> <p>(D) compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figura como autor ou vítima.</p> <p>(E) compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.</p>
<p>52. No tocante à transação penal, INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) incabível a proposta no caso de ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, ainda que não definitiva a sentença.</p> <p>(B) a imposição da sanção não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo registro para impedir nova concessão do benefício no prazo de cinco anos.</p> <p>(C) incabível a proposta no caso de o agente ter sido beneficiado anteriormente nos mesmos moldes, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva.</p> <p>(D) a imposição da sanção não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.</p> <p>(E) a aplicação de pena restritiva de direitos não importará em reincidência.</p>	<p>55. Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que</p> <p>(A) uma vez relatado o inquérito policial, não poderá ser devolvido à autoridade policial, a requerimento do Ministério Público.</p> <p>(B) o sigilo total do inquérito policial pode ser oposto ao indiciado, de acordo com entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) depois de ordenado seu arquivamento pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.</p> <p>(D) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial pode iniciar o inquérito policial mediante notícia de crime formulada por qualquer do povo.</p> <p>(E) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, quando se convencer acerca da atipicidade da conduta investigada.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Processual Penal</b></p> <p>53. Em relação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, previstos no artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o contraditório é a ciência bilateral dos atos e termos processuais e a possibilidade de contrariá-los.</p> <p>(B) a ampla defesa desdobra-se em autodefesa e defesa técnica, sendo a primeira exercida pessoalmente pelo acusado e a segunda por profissional habilitado, com capacidade postulatória e conhecimentos técnicos.</p> <p>(C) a defesa técnica é irrenunciável, por se tratar de garantia da própria jurisdição.</p> <p>(D) estão intimamente relacionados, uma vez que a ampla defesa garante o contraditório e por ele se manifesta e é garantida.</p> <p>(E) foram inovações trazidas pelo texto constitucional de 1988.</p>	<p>56. Nos crimes de ação penal de iniciativa privada,</p> <p>(A) o perdão do ofendido somente é cabível antes do exercício do direito de ação.</p> <p>(B) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.</p> <p>(C) a renúncia ao exercício do direito de queixa se estenderá a todos os querelantes.</p> <p>(D) a renúncia é ato unilateral, voluntário e necessariamente expresso.</p> <p>(E) a perempção pode ocorrer no curso do inquérito policial.</p>



<p>57. Quanto às medidas assecuratórias, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em caso de alienação antecipada, não alcançado o valor estipulado pela administração judicial, será realizado novo leilão, podendo os bens ser alienados por valor não inferior a 75% do estipulado na avaliação judicial.</p> <p>(B) A especialização da hipoteca e o arresto correrão nos próprios autos do inquérito ou ação penal.</p> <p>(C) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração e indícios suficientes da autoria.</p> <p>(D) O sequestro poderá ser embargado pelo Ministério Público.</p> <p>(E) Se o réu oferecer caução suficiente, em dinheiro ou em títulos da dívida pública, pelo valor de sua cotação em Bolsa, o juiz poderá mandar deixar de proceder ao sequestro de bem imóvel.</p>	<p>60. No que se refere à execução penal,</p> <p>(A) a frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução sob regime semiaberto, unicamente.</p> <p>(B) segundo entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, é cabível mandado de segurança pelo Ministério Público para conferir efeito suspensivo ao agravo de execução.</p> <p>(C) o regime disciplinar diferenciado tem duração máxima de 360 (trezentos e sessenta) dias, podendo ser aplicado uma única vez.</p> <p>(D) a falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.</p> <p>(E) o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando autorizar a saída temporária no regime semiaberto.</p>
<p>58. Em relação à prova testemunhal, de acordo com o Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar temor à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, determinará desde logo a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença de seu defensor.</p> <p>(B) A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimadas as partes.</p> <p>(C) As perguntas no procedimento comum serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.</p> <p>(D) As cartas rogatórias só serão expedidas se demonstrada previamente a sua imprescindibilidade, arcando a parte requerente com os custos de envio.</p> <p>(E) O Vice-Presidente da República poderá optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhe serão transmitidas por ofício.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Constitucional</b></p> <p>61. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, EXCETO quando, entre outras hipóteses,</p> <p>(A) o Superior Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.</p> <p>(B) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos e privados de saúde.</p> <p>(C) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por pelo menos três anos consecutivos, a dívida fundada.</p> <p>(D) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei complementar.</p> <p>(E) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p>
<p>59. No tocante à prisão no curso do processo e medidas cautelares,</p> <p>(A) julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado praticar nova infração penal, ainda que culposa.</p> <p>(B) se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser aumentada, pelo juiz, até, no máximo, o décuplo.</p> <p>(C) a proibição de ausentar-se do país será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.</p> <p>(D) o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 75 (setenta e cinco) anos.</p> <p>(E) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.</p>	<p>62. Compete privativamente à União legislar sobre</p> <p>(A) responsabilidade por dano a bens e direitos de valor artístico.</p> <p>(B) proteção e defesa da saúde.</p> <p>(C) águas.</p> <p>(D) orçamento.</p> <p>(E) cultura.</p>



63. Segundo a Constituição do Estado de Pernambuco, em sua prática e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,
- (A) podem propor a ação direta de inconstitucionalidade os Conselhos Regionais das profissões reconhecidas com sede em Pernambuco.
  - (B) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma da Constituição Estadual, ou de Lei Orgânica, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.
  - (C) o Tribunal de Justiça do Estado, com sede na capital e jurisdição em todo o Território do Estado, compõe-se de vinte e cinco Desembargadores.
  - (D) o acesso ao Tribunal de Justiça e outros Tribunais far-se-á alternadamente, por antiguidade e merecimento, apurados na última entrância, sendo a promoção por merecimento mediante lista tríplice elaborada pelo Tribunal de Justiça e encaminhada ao Governador a quem caberá, em ambos os casos, o ato de provimento.
  - (E) compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente o Governador, o Vice-Governador, os Secretários de Estado, os Prefeitos, os Juizes Estaduais, os membros do Ministério Público, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor Público-Geral do Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade.
64. Perderá o mandato o Deputado ou Senador, perda essa que será declarada pela Mesa da Casa respectiva, assegurada ampla defesa,
- (A) que, desde a posse, patrocinar causa em que seja interessada empresa concessionária de serviço público.
  - (B) que, desde a posse, tornar-se titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
  - (C) cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.
  - (D) que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
  - (E) que, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, em autarquia.
65. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
- (A) suspender, no todo ou em parte, a execução de leis declaradas inconstitucionais por decisão do Tribunal de Justiça, com trânsito em julgado, quando limitada ao texto da Constituição Estadual.
  - (B) aprovar, por voto secreto e por maioria simples, a nomeação do Administrador-Geral do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.
  - (C) julgar as contas do Poder Legislativo apresentadas obrigatoriamente pela Mesa.
  - (D) julgar as contas do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça e dos que vierem a ser criados.
  - (E) deliberar, por maioria absoluta, sobre a exoneração do Procurador-Geral de Justiça, antes do término de seu mandato, na forma prevista em lei.

**Direito Eleitoral**

66. Em matéria de Processo Penal Eleitoral
- (A) o réu ou seu defensor terá o prazo de quinze dias para oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas.
  - (B) se a decisão do Tribunal Regional for condenatória, baixarão imediatamente os autos à instância inferior para a execução da sentença, que será feita no prazo de cinco dias, contados da data da vista ao Ministério Público.
  - (C) todo cidadão que tiver conhecimento de infração penal do Código Eleitoral deverá comunicá-la a qualquer juiz eleitoral, inclusive de zona diferente àquela em que a mesma se verificou.
  - (D) verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de quinze dias.
  - (E) qualquer eleitor poderá provocar a representação contra o órgão do Ministério Público se o juiz, no prazo de cinco dias, não agir de ofício.
67. É correto afirmar que
- (A) o impugnante especificará, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, arrolando testemunhas, se for o caso, no máximo de sete.
  - (B) a partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, após devida notificação, o prazo de dez dias para que o candidato, partido político ou coligação possa contestá-la, juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de outras provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais, ou administrativos, salvo os processos em tramitação em segredo de justiça.
  - (C) caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de dez dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.
  - (D) a impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.
  - (E) não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos quatro anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.
68. É crime eleitoral apenado com detenção:
- (A) promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do voto a concentração de eleitores, sob qualquer forma, inclusive o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo.
  - (B) intervir autoridade estranha à mesa receptora, salvo o juiz eleitoral, no seu funcionamento sob qualquer pretexto.
  - (C) inscrever-se fraudulentamente o eleitor.
  - (D) efetuar o juiz, fraudulentamente, a inscrição do alistando.
  - (E) negar ou retardar a autoridade judiciária, sem fundamento legal, a inscrição requerida.



69. É proibido aos agentes públicos, servidores ou não, nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, com ressalvas legais que NÃO incluem a
- (A) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.
- (B) transferência ou remoção *ex officio* de militares, policiais civis e de agentes penitenciários.
- (C) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança.
- (D) nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República.
- (E) nomeação dos aprovados em concursos públicos concluídos, ainda que não homologados, até o início daquele prazo.

70. Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados, e considerando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos. Esta regra aplica-se à eleição para Prefeito em Município com mais de duzentos mil
- (A) brasileiros.
- (B) trabalhadores.
- (C) eleitores.
- (D) habitantes.
- (E) cidadãos.

### BLOCO III

#### Direito Empresarial

71. Em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte, analise os enunciados abaixo.
- I. Enquadram-se como microempresas ou como empresas de pequeno porte, preenchidos os requisitos legais, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada, as cooperativas e as sociedades por ações, desde que de capital fechado às Bolsas de Valores.
- II. As microempresas ou as empresas de pequeno porte, optantes ou não pelo Simples Nacional, poderão realizar negócios de compra e venda de bens, para os mercados nacional e internacional, por meio de sociedade de propósito específico, que terá seus atos arquivados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- III. O protesto do título relativo às microempresas não é sujeito a quaisquer emolumentos, taxas, custas ou contribuições, podendo ser cobradas apenas as despesas de correio, condução e publicação de edital para realização de suas intimações.
- Está INCORRETO o que se afirma em
- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

72. Nas sociedades por ações,
- (A) qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio; poderá ter por objeto participar de outras sociedades, mesmo que a participação não seja prevista estatutariamente, como meio de realizar o objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.
- (B) o administrador é objetivamente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade, ainda que em virtude de ato regular de gestão, em razão do risco decorrente de sua atividade.
- (C) o prazo de gestão é livre, podendo o estatuto limitá-lo a cinco anos, e vedado aos membros do Conselho de Administração serem eleitos para cargos de direção da companhia.
- (D) o estatuto da companhia fixará o valor do capital social, expresso em moeda nacional e formado exclusivamente com contribuições em dinheiro.
- (E) a administração da companhia caberá exclusivamente à diretoria, cabendo ao Conselho de Administração, de existência obrigatória, poderes consultivos e fiscalizatórios.

73. Na liquidação e na transformação da sociedade
- (A) o ato de transformação da sociedade depende de suas prévias dissolução ou liquidação, obedecendo aos preceitos próprios da constituição e inscrição do tipo em que se vai converter.
- (B) a transformação independe do consentimento de todos os sócios, salvo se houver tal exigência no ato constitutivo da sociedade.
- (C) pode o liquidante gravar de ônus reais os móveis e imóveis, bem como contrair empréstimos para pagamento das obrigações correntes da sociedade, salvo se expressamente proibido por seu contrato social.
- (D) compete ao liquidante representar a sociedade e praticar todos os atos necessários à sua liquidação, inclusive alienar bens móveis ou imóveis, transigir, receber e dar quitação.
- (E) respeitados os direitos dos credores preferenciais, cabe ao liquidante saldar as dívidas sociais vencidas, cancelando-se as vincendas, por inexigíveis.

74. Em relação à duplicata, é correto afirmar:
- (A) Em seu pagamento não podem ser deduzidos créditos a favor do devedor, ainda que relativos ao mesmo negócio jurídico, tendo em vista sua origem causal.
- (B) Não admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento, uma vez que se trata de título formal.
- (C) Uma só duplicata pode corresponder a mais de uma fatura, desde que todas correspondam a dívidas vencidas.
- (D) Indicará ela sempre o valor total da fatura, ainda que o comprador tenha direito a qualquer rebate, mencionando o vendedor o valor líquido que o comprador deverá reconhecer como obrigação de pagar.
- (E) O comprador só pode resgatá-la após aceitá-la e a partir de sua data de vencimento.



75. No tocante ao estabelecimento e seus institutos complementares, é correto afirmar que

- (A) a sociedade limitada pode aditar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura; a omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade subsidiária e limitada ao capital social dos administradores que empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- (B) o preposto do estabelecimento pode negociar livremente por conta própria ou de terceiro, bem como participar de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida, salvo vedação expressa a respeito.
- (C) o adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, contado da publicação quanto aos créditos vencidos, e da data do vencimento em relação aos demais.
- (D) o juiz poderá, livremente e sem ressalvas, determinar diligências para verificar se o empresário ou a sociedade empresária observam, ou não, as formalidades prescritas em lei em seus livros e fichas contábeis.
- (E) a sociedade simples e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e o empresário vincula-se ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, vedado à sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.

#### Direito Tributário

76. Prefeito Municipal que entrou em exercício no dia primeiro de janeiro de 2013 baixou um decreto corrigindo monetariamente, conforme índice de correção lá indicado, a Planta Genérica de Valores utilizada para apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e sobre o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato *inter vivos* a título oneroso – ITBI. Fez constar o Prefeito que a vigência do decreto é imediata, a partir da data da publicação, já valendo para o exercício de 2013. Inconformados com esta medida, que acabou por majorar a base de cálculo do IPTU e do ITBI, alguns proprietários ingressaram em juízo questionando a constitucionalidade do decreto.

Considerando-se os fatos relatados, é correto afirmar que esse decreto é

- (A) inconstitucional porque não atendeu às regras da anterioridade anual e nonagesimal, embora seja exceção à regra da legalidade.
- (B) constitucional porque majoração de base de cálculo de IPTU e ITBI é exceção às regras da legalidade e da anterioridade.
- (C) constitucional porque a correção monetária da base de cálculo não equivale a majoração, razão pela qual não se submete às regras da anterioridade e da legalidade.
- (D) inconstitucional porque não atendeu à regra da legalidade pois, apesar de se tratar de exceção à regra da anterioridade, deveria ter sido feito por lei.
- (E) inconstitucional porque não atendeu à regra da anterioridade nonagesimal, embora seja exceção à regra da legalidade.

77. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, é correto afirmar que

- (A) a indisponibilidade de bens e direitos em execução fiscal é decretada de ofício pelo juiz, desde que o devedor tenha sido devidamente citado e não tenha oferecido bens para garantir a execução e não forem encontrados bens suficientes para tanto.
- (B) a indisponibilidade de bens e direitos do devedor decorre da decretação, de ofício pelo juiz, da fraude à execução, que se dá quando existe alienação de bens que reduzam o devedor à insolvência após a citação válida, ainda que por edital.
- (C) a fraude à execução fiscal tem seu termo inicial a partir do despacho do juiz que ordena a citação.
- (D) o juiz não pode decretar fraude à execução fiscal se o devedor está em local incerto e não sabido e foi citado por edital, caso seja constatada a alienação de imóvel após a publicação do edital.
- (E) o juiz deve decretar a indisponibilidade de todos os bens e direitos do devedor que se encontra em local incerto e não sabido e é citado por edital em sede de execução fiscal.

78. Diante da propriedade imóvel de três pessoas conjuntamente,

- (A) não existe solidariedade passiva entre os coproprietários do imóvel, sendo que cada quota-parte dá ensejo a um fato gerador, para cada um dos coproprietários, nos limites dos seus quinhões.
- (B) só existirá a solidariedade passiva se todos os proprietários detiverem quota-partes iguais dentro do imóvel.
- (C) cada coproprietário é contribuinte individual de imposto sobre a propriedade, relativamente à sua quota-parte no imóvel, que constitui fato gerador autônomo.
- (D) cada coproprietário é responsável pelo imposto incidente sobre toda a propriedade, respondendo perante o Fisco apenas até o limite de sua quota-parte no imóvel.
- (E) cada coproprietário é responsável pelo imposto incidente sobre toda a propriedade, respondendo perante o Fisco pelo todo.

79. Sobre as fontes do Direito Tributário é correto afirmar que

- (A) a Instrução Normativa derroga a lei instituidora do tributo naquilo que for do âmbito de competência da autoridade administrativa com atribuição para editá-la, já que norma especial derroga norma geral.
- (B) a Constituição Federal autoriza expressamente a instituição ou majoração de todos os tributos por meio de medida provisória, desde que se trate de tributo de competência da União.
- (C) somente a lei em sentido estrito é fonte instituidora de tributos, especialmente impostos.
- (D) a fixação das alíquotas máximas do Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e Doação – ITCD e das alíquotas mínimas do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA se dá por Resolução do Senado Federal.
- (E) a lei complementar em matéria tributária é hierarquicamente superior à lei ordinária em qualquer hipótese em que venha a ser exigida, quer quando fixa normas gerais, quer quando seja fonte instituidora de tributos.



80. Sobre imunidade e isenção, analise os itens abaixo.

- I. A Constituição Federal assegura isenção no pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartições públicas e privadas que prestam serviço público, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- II. A imunidade sobre o templo de qualquer culto apenas alcança os impostos, sendo devidas, portanto, as taxas e contribuição de melhoria incidentes sobre o imóvel destinado ao templo.
- III. Há isenção de imposto sobre comercialização de livro, jornal, periódico e sobre a comercialização de papel destinado a impressão destes produtos.
- IV. Possui imunidade de contribuição social para seguridade social a entidade beneficente de assistência social que atenda às exigências estabelecidas em lei sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

81. Na sucessão *causa mortis* haverá responsabilidade tributária

- (A) do espólio e dos sucessores, solidariamente, por todos os tributos cujos fatos geradores surgirem durante o inventário ou partilha.
- (B) do cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.
- (C) do espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão, bem como até a partilha ou adjudicação.
- (D) do espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus*, ainda que tenha havido a partilha ou adjudicação dos bens.
- (E) dos sucessores a qualquer título, pelos tributos devidos pelo *de cujus* após a abertura da sucessão.

82. O contribuinte tem o direito de fazer consulta sobre dispositivos legais acerca de matéria tributária. Neste caso,

- (A) julgada procedente a consulta, ou seja, reconhecendo o fisco que o sujeito passivo consulente não tem obrigação tributária, o crédito tributário sequer será constituído, razão pela qual a consulta é causa de exclusão do crédito tributário.
- (B) somente a consulta judicial é causa de extinção do crédito tributário quando julgada procedente, ou seja, quando o fisco reconhece que o crédito tributário é ilegal.
- (C) a consulta é procedimento judicial, que deve ser proposto antes da data do vencimento do tributo.
- (D) a consulta formulada antes da notificação válida ao sujeito passivo, relativamente ao crédito tributário, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- (E) não haverá mora e, portanto, incidência de juros moratórios, quando o sujeito passivo deixa de pagar o crédito na data vencimento, desde que pendente de resposta à consulta formulada antes do vencimento do tributo.

83. Nas situações a seguir, está correto o que se afirma em:

- (A) Se o fisco se recusar a realizar compensação entre créditos e débitos, do mesmo sujeito passivo, estando atendidos todos os requisitos legais para a compensação, deverá ser proposta uma consignação em pagamento com pedido de compensação.
- (B) Se o contribuinte teve negada a repetição do indébito na esfera administrativa terá ele dois anos, a contar da decisão administrativa irrecurável para pleitear judicialmente a anulação desta decisão.
- (C) Contribuinte de imóvel limítrofe entre dois municípios que venha a receber notificações para pagar Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU dos dois municípios deve fazer o pagamento a apenas um dos municípios, ignorando a outra notificação.
- (D) Se o fisco subordinar o pagamento do crédito tributário ao cumprimento de obrigação acessória, o contribuinte deverá cumprir a obrigação acessória, já que esta é vinculada e dependente da obrigação principal de pagar.
- (E) O sujeito passivo tem cinco anos a contar da homologação, expressa ou tácita, para pleitear a restituição de valores que tenha pago indevidamente ou a maior.

84. Em fiscalização realizada em uma empresa de embalagens foram constatadas inúmeras irregularidades relativamente ao recolhimento dos tributos devidos, razão pela qual foi lavrado um Auto de Infração e Imposição de Multa. O crédito tributário decorrente destes fatos geradores por atos praticados com infração de lei, contrato ou estatuto, será devido

- (A) pelos diretores ou gerentes, enquanto representantes legais da empresa, na qualidade de responsáveis pessoais, pelos créditos cujos atos advieram de infração de lei, contrato ou estatuto; e pela empresa, na qualidade de contribuinte, pelos créditos cujos fatos geradores efetivamente tenha praticado sem afronta à lei, contrato ou estatuto.
- (B) pelos sócios e pelos diretores ou gerentes, enquanto representantes legais da empresa, na qualidade de responsáveis solidários, por créditos advindos de atos decorrentes da infração de lei, contrato ou estatuto; e pela empresa, na qualidade de contribuinte, pelos fatos geradores que efetivamente praticou.
- (C) pela empresa, em sua totalidade, na qualidade de contribuinte e, subsidiariamente, pelos sócios diretores, enquanto representantes legais, pelo crédito decorrente de atos praticados com infração de lei, contrato ou estatuto.
- (D) pela empresa e pelos sócios, solidariamente, na qualidade de contribuinte e responsável, respectivamente, pelos créditos decorrentes de todos os atos praticados, inclusive com infração de lei, contrato ou estatuto.
- (E) pelos sócios, em sua totalidade, na qualidade de responsáveis pessoais pelos atos com infração de lei, contrato ou estatuto; e pela empresa, na qualidade de contribuinte, pelos créditos decorrentes de todos os atos praticados por seus responsáveis legais, em regime de solidariedade.

**Direito Administrativo**

85. Considere a seguinte afirmação quanto a um ato administrativo:

“Nada impede a autoridade competente para a prática de um ato de motivá-lo mediante remissão aos fundamentos de parecer ou relatório conclusivo elaborado por autoridade de menor hierarquia. Indiferente que o parecer a que se remete a decisão também se reporte a outro parecer: o que importa é que haja a motivação eficiente, controlável a *posteriori*.”

Tal afirmação, no contexto do Direito brasileiro, é

- (A) correta, pois motivar ou não, em todo caso, é faculdade discricionária da autoridade administrativa.
- (B) equivocada, pois a Lei Federal sobre processo administrativo veda que pareceres sejam invocados como motivos suficientes para a prática de atos.
- (C) equivocada, pois a Constituição Federal exige a motivação como elemento a constar textualmente dos atos administrativos.
- (D) correta, compreendendo a motivação como elemento necessário ao controle do ato administrativo, porém sem exageros de mera formalidade.
- (E) equivocada, pois a Lei Federal sobre processo administrativo exige que todo ato administrativo seja motivado pela autoridade que o edita.

86. A Constituição Federal vigente prevê, no *caput* de seu art. 37, a observância, pela Administração Pública, do princípio da legalidade. Interpretando-se essa norma em harmonia com os demais dispositivos constitucionais, tem-se que

- (A) os Municípios, por uma questão de hierarquia, devem antes atender ao disposto em leis estaduais ou federais, do que ao disposto em leis municipais.
- (B) o Chefe do Poder Executivo participa do processo legislativo, tendo iniciativa privativa para propor certos projetos de lei, como aqueles sobre criação de cargos públicos na Administração direta federal.
- (C) a extinção de cargos públicos, em qualquer hipótese, depende de lei.
- (D) a Administração é livre para agir na ausência de previsão legislativa.
- (E) é cabível a delegação do Congresso Nacional para que o Presidente da República disponha sobre diretrizes orçamentárias.

87. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/92,

- (A) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, desde que dolosa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- (B) no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário o quintuplo dos bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- (C) reputa-se agente público, para os efeitos daquela lei, todo aquele que exerce, necessariamente de modo permanente e remunerado, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades da Administração direta ou indireta.
- (D) suas disposições são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- (E) os agentes públicos são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos, exceto se ocupantes de cargo ou emprego que não exija formação superior.

88. Os servidores titulares de cargos efetivos dos Estados, que hoje ingressam no serviço, sujeitam-se a regras constitucionais que disciplinam sua aposentadoria. Considere, a respeito, os itens abaixo sobre hipóteses de aposentadoria e respectivo critério de cálculo de proventos:

- I. por invalidez permanente, com proventos integrais.
- II. compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- III. voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Está harmônico com as regras gerais constantes da Constituição o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) I e II.



89. Ao julgar a medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.332, o Supremo Tribunal Federal suspendeu liminarmente a eficácia da expressão “de até seis por cento ao ano”, contida no art. 15-A do Decreto-lei nº 3.365/41. Após essa decisão, a taxa de juros compensatórios, na desapropriação

- (A) voltou a ser de 12% ao ano, por expressa disposição constitucional.
- (B) passou a ser variável, dependendo de decisão judicial no caso concreto, a qual deverá levar em conta a política de juros definida pelos órgãos governamentais competentes.
- (C) manteve-se em 6% ao ano, agora com fundamento em dispositivo do Código Civil.
- (D) voltou a ser de 12% ao ano, conforme jurisprudência sumulada do próprio Tribunal.
- (E) manteve-se em 6% ao ano, por expressa disposição constitucional.

90. Nos termos da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão do contrato administrativo se der por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato e sem que haja culpa do contratado, terá o contratado alguns direitos de cunho patrimonial. Entre eles NÃO figura o de

- (A) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.
- (B) pagamento do custo da desmobilização.
- (C) recebimento de multa compensatória, calculada em razão do escoamento do prazo contratual.
- (D) devolução de garantia.
- (E) ser ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

91. Conforme o art. 28-A, da Lei nº 8.987/95, para garantir contratos de mútuo de longo prazo, destinados a investimentos relacionados a contratos de concessão, em qualquer de suas modalidades, as concessionárias poderão ceder ao mutuante, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros, observadas certas condições, dentre as quais,

- (A) o contrato de cessão disporá sobre a devolução à concessionária dos recursos excedentes, salvo acordado das partes que indique possibilidade de retenção do saldo após o adimplemento integral do contrato.
- (B) serão considerados contratos de longo prazo somente aqueles cujas obrigações tenham prazo médio de vencimento superior a 15 (quinze) anos.
- (C) com o registro do contrato de cessão dos créditos em cartório de títulos e documentos, terá ele eficácia perante terceiros e perante o Poder Público concedente.
- (D) os créditos futuros cedidos nos termos deste artigo serão constituídos sob a titularidade do mutuante, mediante decisão do Poder Público concedente em cada situação concreta em que se dê tal constituição.
- (E) o mutuante poderá indicar instituição financeira para efetuar a cobrança e receber os pagamentos dos créditos cedidos ou permitir que a concessionária o faça, na qualidade de representante e depositária.

92. Considere este dispositivo constitucional:

Art. 37, § 6º: *As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Analise a seguinte sentença que contém duas asserções:

Caso um agente público, nessa qualidade, cause dolosamente dano a terceiro, o Estado responderá, mas o fundamento da responsabilidade civil do Estado não será o art. 37, § 6º, da Constituição Federal,

PORQUE

o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, trata da responsabilidade objetiva do Estado.

É correto afirmar que

- (A) a primeira asserção está correta e a segunda está incorreta.
- (B) a primeira asserção está incorreta e a segunda está correta.
- (C) as duas asserções estão incorretas.
- (D) as duas asserções estão corretas e a segunda justifica a primeira.
- (E) as duas asserções estão corretas e a segunda não justifica a primeira.

#### Direito Ambiental

93. Com relação aos prazos prescricionais do poder de polícia sancionador de infrações administrativas ambientais, é correto afirmar que

- (A) a prescrição varia conforme a gravidade da infração.
- (B) a extinção da pretensão punitiva pela prescrição estende-se à esfera cível.
- (C) caso a infração administrativa também seja capitulada como crime, o prazo prescricional é aquele da lei penal.
- (D) não são admitidas hipóteses de prescrição intercorrente.
- (E) o prazo prescricional é sempre de 5 (cinco) anos, contado da data da prática do ato ou da sua cessação, no caso de infração permanente ou continuada.

94. Considere as afirmações abaixo acerca da política nacional de resíduos sólidos, tal como instituída pela Lei nº 12.305/2010.

- I. No gerenciamento de resíduos sólidos, a não geração e a redução de resíduos são objetivos preferíveis à reciclagem e ao seu tratamento adequado.
- II. Os fabricantes de produtos em geral têm o dever de implementar sistemas de logística reversa.
- III. Os consumidores têm responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida de quaisquer produtos adquiridos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.



95. Em casos envolvendo crime ambiental de menor potencial ofensivo, a suspensão do processo
- (A) é providência necessária, que pode ser, a qualquer tempo, também condicionada à proibição de frequentar determinados lugares ou à proibição de ausentar-se da comarca sem autorização do juiz.
  - (B) não é cabível, excepcionando as regras da Lei nº 9.099/95.
  - (C) é condicionada à prévia reparação do dano ambiental, apurada mediante laudo de constatação.
  - (D) poderá ser prorrogada sem tempo máximo de duração, enquanto não for reparado o dano ambiental.
  - (E) poderá ser deferida, mas a extinção da punibilidade depende da reparação do dano ambiental ou da comprovação de que o acusado tomou as providências necessárias à sua reparação integral.
96. A obrigação de simples informação, por um Estado a outro, da ocorrência de dano ambiental que possa ter efeitos transfronteiriços adversos é
- (A) tão somente observável no âmbito de organizações internacionais e de integração regional, prevista em instrumentos não vinculantes, também chamados de *soft law*.
  - (B) insuscetível de gerar responsabilidade internacional do Estado, salvo se houver previsão de igual teor no direito interno.
  - (C) decorrente de convenções internacionais específicas e dependente de sua aceitação e ratificação pelos Estados-partes, sem o que não produzirá efeitos.
  - (D) inexistente no âmbito do direito internacional, pois é violadora da soberania interna dos Estados, que não podem ser vinculados a qualquer interferência externa.
  - (E) princípio do Direito Internacional do Meio Ambiente, que determina, ainda, o estabelecimento de tratativas entre os Estados envolvidos, tão logo quanto possível e de boa-fé.
97. Suponha a existência de determinada lei ordinária que permita o exercício de determinadas atividades econômicas em áreas de preservação permanente, sob o fundamento de interesse público ou de indispensabilidade à segurança nacional. Esta lei ainda confere à autoridade ambiental a competência para permitir, em cada caso concreto, o exercício dessas atividades econômicas sempre que o permissivo legal estiver configurado. Tendo em vista a disciplina constitucional sobre a matéria, semelhante lei, em tese, seria
- (A) constitucional, porque a Constituição é omissa com relação às áreas de preservação permanente, delegando ao legislador ordinário a possibilidade de regular o instituto na íntegra.
  - (B) constitucional, desde que as atividades econômicas permitidas na área de preservação permanente não comprometam a integridade dos atributos que justificaram a sua proteção especial.
  - (C) inconstitucional, uma vez que a supressão dos espaços naturais especialmente protegidos é matéria reservada à lei formal e não poderia ser delegada à autoridade ambiental.
  - (D) inconstitucional, por aplicação do princípio da proibição do retrocesso em sede ambiental.
  - (E) inconstitucional, porque as áreas de preservação permanente sempre terão proteção integral, não se admitindo qualquer espécie de exceção.
98. NÃO representa regra voltada à prevenção ou controle da poluição em águas brasileiras:
- (A) Qualquer incidente envolvendo o transporte marítimo de substâncias perigosas deverá ser imediatamente comunicado ao órgão ambiental.
  - (B) O transporte de substâncias perigosas que impliquem alto risco para a saúde humana e o ecossistema aquático depende de licença ambiental, bem como de estudo prévio de impacto ambiental.
  - (C) A descarga de água de lastro e de resíduos de lavagem de porões de embarcações é permitida em instalações adequadas de recebimento e tratamento.
  - (D) O transporte marítimo de materiais perigosos depende da manutenção de livro de registro de carga, que deverá ficar à disposição da autoridade ambiental.
  - (E) É excepcionalmente permitida a descarga de óleo, em casos de salvaguarda de vidas humanas ou de manutenção da segurança da embarcação.
99. A Lei Federal nº 6.938/81 impõe a obrigatoriedade de licenciamento ambiental para as atividades consideradas "efetiva e potencialmente poluidoras", assim como as "capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental". Nesse contexto, as competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA incluem, dentre outras,
- (A) a fixação de critérios e padrões de qualidade do meio ambiente e a supervisão da atividade de licenciamento exercida pelos órgãos estaduais e municipais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
  - (B) homologar o licenciamento ambiental a cargo de órgãos estaduais e municipais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e estabelecer normas e critérios para o licenciamento das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
  - (C) o estabelecimento de normas e critérios para o licenciamento, especificando quais atividades estarão a ele desde logo sujeitas, bem como o efetivo exercício do licenciamento ambiental, sempre que este estiver sob a alçada da União.
  - (D) a definição de quais entidades da Federação são competentes para o licenciamento ambiental, bem como o procedimento administrativo que deverá ser seguido em seus respectivos âmbitos.
  - (E) relacionar atividades que estão aprioristicamente sujeitas ao estudo de impacto ambiental (EIA), bem como disciplinar as espécies de licenças ambientais passíveis de expedição e suas respectivas hipóteses de cabimento.
100. As praias marítimas definem-se legalmente como
- (A) bens públicos de uso especial da União, localizados na faixa litorânea essencial à defesa do território nacional.
  - (B) espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, compreendendo uma faixa terrestre com acumulação de material arenoso e uma faixa marítima de largura variável.
  - (C) a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detritico, até o limite onde se inicie a vegetação natural ou outro ecossistema.
  - (D) a faixa de terra de 33 (trinta e três) metros medidos horizontalmente, para a parte da terra, a partir da linha do preamar médio de 1831.
  - (E) os terrenos situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, onde se façam sentir a influência das marés.